

DEPOIS DO COLONIALISMO MENTAL, UM PROJETO PARA O BRASIL

Ricardo Bruno Boff¹

Resenha do livro **Depois do colonialismo mental**: repensar e reorganizar o Brasil, de Roberto Mangabeira Unger (HUNGER, 2018).

Roberto Mangabeira Unger nasceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de março de 1947. Passou parte da sua infância nos Estados Unidos, completou seus estudos secundários no Brasil e iniciou o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1969, retornou àquele país e prosseguiu sua formação na Escola de Direito da Universidade de Harvard, onde leciona e pesquisa até hoje. Possui vasta trajetória política, com destaque para o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), no governo Lula. Seus diversos livros e artigos percorrem áreas da filosofia, direito, economia, teoria política e social.

A multidisciplinariedade, a inovação e a transposição de barreiras ideológicas, características das obras de Unger, estão presentes em “Depois do colonialismo mental”. O livro é dividido em duas partes: na primeira, “Repensar o Brasil”, o autor expõe as bases do seu pensamento para lançar um projeto de nação para o país. Na segunda, “Reorganizar o Brasil”, traz um compilado de textos, publicados entre 1998 e 2007², que repetem e reforçam os objetivos da parte anterior. Diante da complementariedade entre as seções do livro, esta resenha seguirá a ordem temática proposta na primeira parte, trazendo, junto à discussão de cada tema, argumentos expostos na segunda.

“Para construir-se, o Brasil tem que entender-se” (UNGER, 2018, p.13). Essa frase, que abre a primeira seção, sintetiza o *objetivo geral* do livro: contribuir para que o Brasil se livre do colonialismo mental e construa, a partir de ideias próprias, um projeto próprio de país. “Colonialismo mental” consiste no hábito dos países do Sul de copiar as matrizes de pensamento do Atlântico Norte. Ao copiá-las, as nações suprimem sua imaginação, abdicam de transformações possíveis e incorrem em um destino fatalista de subdesenvolvimento. Uma vez que os países do Norte descrevem e constroem a realidade de maneira que lhes favoreça, copiar seus modelos significa importar desorientação.

Por que somos colonizados mentalmente? Desde o princípio, fomos primário-exportadores e escravocratas, atividades de reduzida inventividade. Diante da escassez de guerras e rupturas, não acumulamos forças para superar a paralisia intelectual e produtiva.

¹Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente, professor na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Universidade do Vale do Itajaí Santa Catarina. Brasil. E-mail: ricardo.boff@univali.br.

²A maioria dos textos foi publicada na Folha de São Paulo.

Construiu-se, ainda, a ideia do brasileiro “cordial”, possuidor de um caráter conformista e pouco transformador. Nada mais falso do que esse preconceito: há um Brasil que vibra, disposto a modificar os rumos do país.

O que é preciso para modificar esse estado de coisas? “O Brasil precisa de outra estratégia nacional de desenvolvimento” (UNGER, 2008, p. 15). Um plano que possibilite que o potencial dos brasileiros, repleto de desejo de emergir e de realizar, possa vir à tona.

A mudança proposta por Unger está em um *reformismo radical*, nem totalizante, nem revolucionário, que busque reconciliar a “compreensão do existente” com a “imaginação do possível” (UNGER, 2018, p. 33). Se o neoliberalismo representa a capitulação às fórmulas dos países centrais, o capitalismo de Estado tende a cair em modelos autoritários. A solução meio-termo, da socialdemocracia europeia, buscou conciliar flexibilidade econômica com algum grau de proteção social, mas não tocou nas estruturas de produção e poder. Este é o modelo, no Brasil, de PSDB e PT, que Unger (2018, p. 39) considera “duas cabeças da mesma serpente”. Esses partidos sucumbiram às fraquezas da socialdemocracia, pois tocaram nos financismos e corporativismos que travam o país. “Reconciliar o social com o mercado, sem cultivar ilusões e entrar em desvios, é a grande tarefa da política” (UNGER, 2018, p. 39).

O veneno da política, para Unger, está na sua relação com o dinheiro. Campanhas financiadas em troca de juros altos e contratos milionários permeiam o Brasil, prática antiga que acabou sendo radicalizada no governo Lula, o ex-operário que “amarelou desde o primeiro dia de seu mandato” (UNGER, 2018, p. 135). O autor tampouco poupa a imprensa, acusada de apequenamento, de overdose de opiniões rasas e de excessiva proximidade com o poder e o dinheiro.

Unger defende que se esgotou o modelo de desenvolvimento vigente até 2015. O “nacional-consumismo” adotado pelo PT, baseado na ampliação do consumo, no câmbio apreciado e na exportação primária, com pouca intervenção na inteligência no processo produtivo, está arruinado. Chama-o de “keynesianismo vulgar”. A opção que lhe substituiu, no governo Temer, foi um estrangulamento fiscal igualmente prejudicial.

A segunda ruína é do modelo político. A fórmula brasileira, marcada pela sobreposição de poderes, processos decisórios e travas burocráticas, desacelera a política e impede um fluxo dinâmico da administração pública. Para destravar os processos, os governos buscam o conchavo com as oligarquias político-partidárias, excluindo-se mecanismos dinâmicos de participação popular.

A terceira ruína está na educação, baseada no “enciclopédismo raso”, que acumula conhecimentos superficiais e de pouca interação com a realidade.

Para superar o atraso, Unger propõe três caminhos: desenvolvimento econômico através da qualificação da produção e da ampliação do acesso à oferta; educação capacitadora; e democracia de alta energia.

Para executar essas transformações, a primeira tarefa é um *ajuste fiscal* tomado como *meio*, não como *fim* em si mesmo³, no qual a poupança nacional deve ser destinada à produção, não ao financismo. Também é preciso desvincular receitas que, *a priori*, condicionam a maior parte dos gastos.

Feito isso, o sustentáculo do projeto de Unger está na *ampliação do acesso aos meios de oferta e à qualificação para o trabalho*, que resulte em um “produtivismo includente” (UNGER, 2018, p.59), baseado na reindustrialização e na economia do conhecimento. O Brasil parou na era fordista, mas os tempos atuais exigem superá-la, proporcionando às pessoas a capacidade de realizar o trabalho imaginativo, enquanto a máquina se encarrega do repetitivo. Isso requer uma cultura moral de produção voltada para o conhecimento inclusivo e a inovação perpetua, incluindo inovações na relação capital – trabalho, com mudanças nas relações trabalhistas e nos regimes de propriedade. A estrutura produtiva, com essas novas características, giraria em quatro eixos: agronegócio, energia, saúde e defesa.

Em termos de *políticas sociais*, a qualificação consiste na melhor maneira de promover distribuição da renda. A tributação progressiva, realizada com base no consumo individual baseada no estilo de vida, figura como medida complementar.

Unger é contra a “focalização” dos benefícios sociais – ou seja, oferta somente aos mais pobres – pois isso faz com que a classe média deixe de apoiar a universalização, ao não se beneficiar dela. É contra, também, as cotas raciais, pois prefere a ampliação das oportunidades a todos, com preferência aos mais pobres, mas sem perder de vista a ênfase no mérito. Em suma: “A democratização de oportunidades é sempre a base. A transferência compensatória é só o complemento” (UNGER, 2018, p. 231).

A *educação* deve ser capacitadora, cujo aprendizado estimule a capacidade de análise e síntese, com aprofundamento seletivo em alguns temas e incentivo à cooperação entre alunos. Deve-se optar por um modelo no qual a criatividade e a crítica, conectadas a uma política industrial de inovação permanente, devam superar a decoreba: “A nação cujos jovens não conseguem lidar com o pensamento escrito está condenada a buscar na natureza o que não se preparou para criar por meio da inteligência”. (UNGER, 2018, p. 127). O modelo deve estar sujeito a um sistema nacional de avaliação de desempenho focado nessas habilidades⁴.

A *democracia* deve possuir “alta energia”, o que exige “aceleração do passo da política” (UNGER, 2018, p. 87). Para isso, devem ser implantados plebiscitos e referendos abrangentes, dinamização da vida pública por meio do estímulo à inovação institucional, com meios de resolver impasses sucessivamente, em contínuo aperfeiçoamento. A divergência entre poderes, estimuladora da criatividade e com meios rápidos de resolução, é bem-vinda. Outra proposta é flexibilizar o serviço público, podendo existir, por exemplo, mecanismos de colaboração temporária. A eficiência deve ser medida, cobrada e incentivada em todos os níveis. Finalmente, o experimentalismo deve ser incentivado, não inibido.

³ Em termos de orçamento fiscal, de nada adianta mexer nos gastos discricionários, que representam cerca de 10%, se nada se fizer sobre os 90% de gastos obrigatórios, incluindo direitos adquiridos, receitas vinculadas e a parte do bolo destinada ao “rentismo dos endinheirados” (UNGER, 2018, p. 125).

⁴Embora se respeite a administração local, os níveis estadual e nacional poderão proporcionar ajuda, e até intervir, nas escolas que não possuam bom desempenho.

Outro aspecto fundamental, no Brasil, é o *regionalismo*. Unger defende que prefeitos e governadores devem ter participação decisiva na formulação de políticas, podendo propor, inovar e até tencionar com Brasília. “A agenda que convém ao Brasil precisa ser pensada e construída a partir das circunstâncias de cada parte do país e do engajamento delas nesse pensamento e construção” (UNGER, 2018, p. 75-76).

Como construir uma base social para as mudanças propostas? A classe social que levará a cabo essas transformações virá dos *emergentes*, o grupo social mais importante do Brasil. Trata-se de um grupo que ascendeu socialmente, em grande medida inspirado nas crenças protestante e neopentecostal. O exemplo dos emergentes comove os *batalhadores*, grupo de gente pobre, que atua em mais de um emprego, engajada na luta pela melhora. Por último, há uma multidão *carente*, mergulhada majoritariamente no trabalho informal e com a vida bastante desestruturada. Em comum, esses três grupos têm inspiração mais pequeno-burguesa, com base na independência econômica, do que proletária. Nessa nova realidade, Unger propõe a aliança entre capital e trabalho em detrimento do capital financeiro.

Essas soluções perpassam pela *reformulação nas disciplinas de direito e economia*, a partir das necessidades do país. A teoria econômica deve-se aproximar da vida real, humanizando-se e considerando as forças sociais em vigor. Já a teoria jurídica deve ser menos idealista e “subjativa”, prestando atenção nas bases reais da produção, pois somente a transformação destas é capaz de proporcionar os direitos idealizados. Finalmente, as *ciências sociais* brasileiras devem promover “o casamento da pujança com a ternura”. Em síntese, Unger propõe uma síntese entre as trocas sentimentais, que caracterizam o Brasil, e a frieza anglo-saxã; trata-se de um jeito de, na vida social, manter os laços amorosos sem abrir mão da efetividade. Em suas palavras:

A reorganização necessária para pôr os brasileiros de pé e equipar a vitalidade brasileira exige outra maneira de pensar e de sentir, incompatível não somente com a sentimentalização das trocas desiguais, mas também com a ética do desencanto e esfriamento e de resignação à meia-distância dos porcos-espinhos que lhe quer tomar o lugar (HUNGER, 2018, p. 116).

Na *política exterior*, a lição aparece na comparação das trajetórias de Brasil e Estados Unidos. No século XIX, enquanto os brasileiros, submissos, obedeciam ao receituário britânico, os americanos, insubordinados, formavam capital próprio para adquirir independência. “A lição é que na história dos povos a obediência – sobretudo a obediência intelectual – não compensa. É ser tigre ou tapete” (UNGER, 2018, p. 275).

Ainda em 2005, Unger (2018, p.172) avisou que o povo ansiava por mudança de rumo. Descontente, “não hesita em correr riscos na busca, penosa e frustrada, de uma saída”. E reforçou: “Há no país insatisfação que beira a revolta. Esse descontentamento encontra, porém, anteparo na convicção de que a vida pública se tornou deserto de virtudes, de ideias e de capacidades” (UNGER, 2018, p. 283). Em um país onde o povo se identifica com a nação muito mais do que as elites, o desafio de qualquer força transformadora é mobilizar a classe média emergente e transformar o potencial contido da nação no motor da sua grandeza.

“Depois do colonialismo mental” é uma catarse de ideias que aliam teoria à prática e são um convite ao campo da ação. A obra é um estímulo à atividade política, à democracia de alta energia, à crença no Brasil e no seu povo, a colocar em marcha um projeto de nação inovador, includente e insubordinado.

“A essência da sabedoria consiste em aprender a desproteger-nos”. Lançando-se ao novo, abertos a experimentalismo, munidos de ideias e projetos, acreditando nas potencialidades e grandezas do país, poderemos fazê-la acontecer. “Encontraremos um caminho, ou faremos um caminho” (UNGER, 2018, p. 303).

REFERÊNCIA

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Resenha recebida em: 31/10/2018

Resenha aprovada em: 26/11/2018